

RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.248 - MS (2019/0241386-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : BANCO PAN S.A.
ADVOGADO : SERGIO SCHULZE - MS019361
RECORRIDO : MARIA MARTA COELHO MARTINS
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. DEFERIMENTO DE LIMINAR. CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE. PROIBIÇÃO DO CREDOR FIDUCIÁRIO DE ALIENAR O BEM. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo BANCO PAN S.A., com base na alínea *a* do permissivo constitucional, proposto para impugnar acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, assim ementado (e-STJ, fl. 19):

GRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – LIMINAR CONCEDIDA – IMPOSSIBILIDADE DE RETIRADA DO BEM DA COMARCA OU VENDA ANTECIPADA SEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO JUÍZO – PREQUESTIONAMENTO EXPRESSO - DESNECESSÁRIO - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Caso o credor fiduciário pretenda retirar o bem da comarca ou realizar a venda antecipada, deverá requerer expressa autorização do juízo, sob pena de ofensa aos incisos LIV e LV do artigo 5º da Constituição Federal.

Opostos embargos de declaração, o acórdão foi integralizado pela seguinte ementa (e-STJ, fl. 44):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – ALEGADA OMISSÃO – AUSÊNCIA DE VÍCIOS – REDISCUSSÃO DA MATÉRIA - RECURSO REJEITADO.

Nas razões recursais, o recorrente defende a existência de afronta aos arts.

3º, §§ 1º e 13, do Decreto-Lei 911/1969 e 1.228 do CC/2002.

Sustenta que, nas demandas envolvendo contratos de alienação fiduciária, é possível, após a retomada do bem, a consolidação plena da propriedade em favor do credor fiduciário e o exercício de todos os direitos a ela inerentes.

Assim sendo, requer o provimento do presente recurso especial.

Decisão de admissibilidade às fls. 67-71 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante ressaltar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, sendo, desse modo, aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Em relação à tese defendida pelo recorrente no apelo excepcional, o Tribunal de origem assim se manifestou (e-STJ, fls. 20-22):

Sobre a questão, anoto que em vários julgados deixei externado meu posicionamento no sentido de que o Decreto-Lei n.º 911/1969 não portava inconstitucionalidade em seu texto primitivo ou ajustado por leis posteriores; no entanto, com o advento da Lei n.º 10.931/2004, que promoveu algumas alterações no referido Decreto, pude constatar que o § 1º do artigo 3º passou a violar alguns preceitos constitucionais ante a impropriedade técnica de seu texto, já que permite a consolidação da propriedade de modo precipitado.

No meu sentir, cabe ao Juiz atuar com cautela nesses casos, evitando agressões ao direito das partes, uma vez que a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, antes de efetivados o contraditório e a ampla defesa, ofende o artigo 5º, inciso LIV, da CF, que prescreve: "ninguém será privado da liberdade e de seus bens sem o devido processo legal"; além de ofender os próprios princípios do contraditório e da ampla defesa (artigo 5º, inciso LV, da CF).

Como dito alhures, coloca-se a pecha de inconstitucional ao § 1º do artigo 3º desse diploma legal, em face do seu processo para recuperação do bem alienado pelo proprietário fiduciário ou credor, limitando a cognição do juiz ao plano horizontal.
[...]

Diante dessa realidade, defendo que cabe ao

juiz, no intuito de assegurar tratamento isonômico às partes, ignorar a regra limitadora inserta no § 1º do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 911/1969 e permitir que o demandado postule, na sua contestação, não só a produção de qualquer prova para sustentar suas alegações, mas também a apuração de eventuais desvirtuamentos da finalidade para a qual o instituto da alienação fiduciária em garantia foi edificado, sob pena de estar privilegiando o poder econômico do demandante contra a inerte parte hipossuficiente.

[...]

Portanto, o procedimento previsto no § 1º do artigo 3º do Decreto- Lei n.º 911/1969 para a busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente deve ser visto com cautela pelo magistrado, sobretudo na parte relativa à limitação ao direito de defesa do réu (consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário), porque viola, dentre outros, os princípios da igualdade e do devido processo legal, tronco do qual todos os demais princípios são derivados.

Assim sendo, assegurado o direito de ação do credor, deve também ser garantido o direito de defesa do devedor que, sem a devida citação, estaria impedido de proceder à purgação da mora para a recuperação da posse imediata do bem.

Nessa vertente, plausível manter a decisão recorrida em todos os seus termos, sendo que, caso a agravante pretenda retirar o bem da comarca ou realizar a venda antecipada do veículo, deverá requerer expressa autorização do juízo, sob pena de ofensa aos incisos LIV e LV do artigo 5º da Constituição Federal e em virtude da vulnerabilidade da redação do artigo 3º, § 1º, do Decreto-Lei n.º 911/1969, na forma estabelecida pela Lei nº 10.931/2004, que exige, para produção de seus efeitos, a apreciação do magistrado.

Do excerto acima transcrito, depreende-se que o Tribunal estadual entendeu não ser possível a consolidação da propriedade do bem apreendido em favor de credor fiduciário, pois considerou que a concretização do disposto no art. 3º, § 1º, do Decreto-Lei 911/1969 não condiz com os princípios constitucionais regentes do processo civil.

Todavia, segundo orientação jurisprudencial existente nessa Corte Superior, nas demandas envolvendo alienação fiduciária, concretizada medida liminar de busca e apreensão do bem e não adimplido o débito no prazo de 5 (cinco) dias, fica consolidada a propriedade em favor do credor fiduciário, o qual poderá exercer todos os direitos, entre os quais a execução de atos de disposição.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - ENTREGA DOS BENS PELO DEVEDOR - CARÊNCIA DE AÇÃO - INOCORRÊNCIA - MEDIDA QUE CONSOLIDA A PROPRIEDADE E POSSE DIRETA - ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, II, DO CPC - AFRONTA AOS ARTS. 2º E 3º DO DECRETO-LEI 911/69 - INEXISTÊNCIA.

1 - Inexiste a alegada ofensa ao art. 535, II, do CPC. A norma processual é clara ao fixar as hipóteses, via embargos declaratórios, de mudança do teor do julgado prolatado. São estas: omissão, contradição ou obscuridade. Não é o caso dos autos, porquanto o mesmo não incorreu em nenhuma delas. Têm tais embargos a natureza, de regra, meramente integrativa, sendo raros os casos em que a doutrina e a jurisprudência aceitam o caráter infringente (cf.

NELSON NERY JÚNIOR, in "Código de Processo Civil Comentado", São Paulo, Ed. RT, 3º ed., p. 782, nota 8 ao art. 535).

2 - No que tange a alegação de violação aos arts. 2º e 3º do Decreto-Lei 911/69, porquanto seria o recorrido carecedor da ação por falta de interesse processual, posto que os bens alienados fiduciariamente foram devolvidos espontaneamente pela devedora-alienante antes do ajuizamento da ação de busca e apreensão, o recurso, igualmente não prospera. O mencionado art. 2º faculta ao credor vender o objeto da garantia, independentemente de qualquer medida judicial ou extrajudicial. Entretanto, não exclui a possibilidade do credor fiduciário requerer a busca e apreensão, o que é ratificado pelo próprio art. 3º.

3 - A simples entrega dos bens pelo devedor fiduciante, como no caso, não tem o condão de tornar o credor sem interesse processual de agir, com a propositura de eventual ação de busca e apreensão, porquanto esta é o instrumento necessário para a consolidação da propriedade e posse plena e exclusiva dos referidos bens, os quais podem, então, ser objeto de venda extrajudicial.

4 - Uma vez consolidada a propriedade nas mãos do fiduciário, a venda passa a ser exercício do pleno poder de dispor de um proprietário irrestrito, não mais um ônus para realização de uma garantia, como se apresenta quando o fiduciário ainda não teve consolidada a propriedade.

5 - Recurso conhecido, por ambas as alíneas, porém, desprovido.

(REsp 240.289/PR, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 03/08/2004, DJ 27/09/2004, p. 360)

Corroborando esse posicionamento, confira-se elucidativo julgado desta relatoria:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO OBJETO DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. DEFERIMENTO LIMINAR DO PEDIDO. PROIBIÇÃO DA PARTE AUTORA DE ALIENAR,

TRANSFERIR OU RETIRAR O BEM DA RESPECTIVA COMARCA SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL, ATÉ O TÉRMINO DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CASO O DEVEDOR NÃO PAGUE A INTEGRALIDADE DA DÍVIDA NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS, CONTADO DA EXECUÇÃO DA LIMINAR DEFERIDA, HAVERÁ A CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE E DA POSSE PLENA E EXCLUSIVA DO BEM EM FAVOR DO CREDOR FIDUCIÁRIO. ART. 3º, CAPUT E §§ 1º E 2º, DO DECRETO-LEI N. 911/1969. VIOLAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS QUE REGEM A MATÉRIA, ALÉM DO DIREITO DE PROPRIEDADE DO CREDOR. REFORMA DO ACÓRDÃO RECORRIDO. RECURSO PROVIDO.

1. A questão debatida no presente recurso especial consiste em saber se, após o deferimento da medida liminar em ação de busca e apreensão de veículo objeto de contrato de alienação fiduciária, é possível determinar que a parte autora (credor) se abstenha de alienar, transferir ou retirar o bem da respectiva comarca sem autorização do Juízo, até o encerramento do feito. 2. Nos termos do art. 3º, caput e §§ 1º e 2º, do Decreto-lei n. 911/1969, após a execução da liminar de busca e apreensão do bem, o devedor terá o prazo de 5 (cinco) dias para pagar a integralidade da dívida pendente, oportunidade em que o bem lhe será restituído sem o respectivo ônus. No entanto, caso o devedor não efetue o pagamento no prazo legal, haverá a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem móvel objeto da alienação fiduciária no patrimônio do credor.

3. Nessa linha de entendimento, havendo a consolidação da propriedade e da posse plena do bem no patrimônio do credor fiduciário, em razão do não pagamento da dívida pelo devedor no prazo estabelecido no Decreto-lei n. 911/1969, não se revela possível impor qualquer restrição ao direito de propriedade do credor, sendo descabida a determinação no sentido de que a parte autora somente possa alienar, transferir ou retirar o bem da comarca com autorização do Juízo.

3.1. Com efeito, o entendimento adotado pelo Tribunal de origem, de impor restrições à remoção e alienação do bem até o término da ação de busca e apreensão, mesmo após a consolidação da propriedade em favor do credor fiduciário, ofende não só a sistemática prevista no art. 3º, §§ 1º e 2º, do Decreto-lei n. 911/1969, mas, também, acarreta nítida violação ao direito de propriedade do recorrente.

3.2. Ademais, ao contrário do que consignou o acórdão recorrido, a possibilidade de livre disposição do bem pelo credor fiduciário, após a consolidação da propriedade em seu favor, não viola os princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, porquanto o próprio legislador já estabeleceu a forma de compensar o devedor no caso de julgamento de improcedência da ação de busca e apreensão, quando o bem já tiver sido alienado, determinando, nos §§ 6º e 7º do art. 3º do Decreto-lei n. 911/1969, a condenação do credor ao pagamento de multa em valor considerável - 50% do valor originalmente financiado devidamente atualizado -, além de perdas e danos.

Superior Tribunal de Justiça

4. Recurso especial provido.

(REsp 1790211/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 04/04/2019)

Dessa forma, constata-se que a conclusão adotada pelo Tribunal local diverge do entendimento jurisprudencial vigente neste Tribunal Superior, situação que merece reparo.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial do Banco Pan S.A. para afastar a restrição imposta ao direito de disposição do bem, após a consolidação da propriedade em favor do credor fiduciário, nos termos previstos no art. 3º do Decreto-Lei n. 911/1969.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator